
RE: URGENTE- Processo 5241281-28.2025.8.21.0001- CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DO POVO GUARANI/RS- informações PRELIMINARES

De Ruben Bento Alves <ruben-alves@fepam.rs.gov.br>
Data Sex, 03/10/2025 15:55
Para Michele Oliveira de Godoy <michele-godoy@pge.rs.gov.br>

Prezada Michele

Pelo que analisei da inicial da ACP em tela, não haveria, em tese, necessidade de manifestação ou intervenção da FEPAM no feito.

Como relatado na inicial: *A Comunidade Indígena Pindó Poty, localizada no bairro Lami, em Porto Alegre/RS, vem sofrendo desde o ano de 2019 com o despejo irregular de esgoto in natura em seu território. O esgoto é canalizado sob a via pública e tem origem no interior do Centro Comercial Bom Lami, empreendimento que abriga supermercado, açougue, agropecuária, farmácia e outras lojas, sendo lançado diretamente na área indígena.*

Considerando que pelo porte e impacto, trata-se de empreendimento cujo licenciamento deve estar a cargo do Município de Porto Alegre, caberia a esse ente a fiscalização sobre a operação, atuando a FEPAM apenas de forma supletiva no caso de omissão.

Neste sentido, acredito que caberia ao Município responder pela situação, e não o Estado.

Att.

Ruben Bento Alves
Advogado - OAB/RS 90.603
Assessoria Jurídica FEPAM
Fundação Ambiental do Rio Grande do Sul - Henrique Luiz Roessler

De: Michele Oliveira de Godoy <michele-godoy@pge.rs.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 3 de outubro de 2025 09:10
Para: Assejur - Assessoria Jurídica <assejur@fepam.rs.gov.br>; Ana Paula Canedo Arigoni Bentlin <ana-bentlin@fepam.rs.gov.br>; Ruben Bento Alves <ruben-alves@fepam.rs.gov.br>; Leticia da Cunha Fernandes <leticia-fernandes@fepam.rs.gov.br>
Cc: Bruno de Castro Winkler <bruno-winkler@pge.rs.gov.br>
Assunto: URGENTE- Processo 5241281-28.2025.8.21.0001- CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DO POVO GUARANI/RS- informações PRELIMINARES

Prezados:

ainda não recebi a confirmação da SEMA porque o PROA aguarda despacho, mas considerando a informação da Cristiane da ASJUR, remeto cópia a vocês para verificarem se há informações a serem prestadas pela FEPAM, haja vista que o prazo de 5 dias se encerrará na terça-feira (07/10)

Cristiane Lipp Heidrich Ontem 09:49



Michele, sobre o PROA 25/1000-0020597-7 informações preliminares URGENTES

tava lendo agora, me parece que a FEPAM também precisa prestar informações, visto que o dano ambiental vem de empreendimento - o centro comercial

eu vou encaminhar para informações pela nossa divisão de fiscalização, mas já sinalizo que talvez respondam que é competência da FEPAM

Prezados:

seguem, em anexo, a petição inicial e o despacho proferido na ação n.º 5241281-28.2025.8.21.0001 (Chave: 703676531625), ajuizada pelo CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DO POVO GUARANI/RS.

A ação civil pública visa à reparação dos danos ambientais e sociais causados pelo desvio irregular de esgoto realizado pelo Centro Comercial demandado, cujo despejo incide diretamente sobre a Aldeia Tekoá Pindó Poty. Tal situação tem

ocasionado poluição, degradação ambiental e risco concreto à saúde da comunidade que ali reside.

Desta forma, solicito envio de informações preliminares, nos termos do despacho, em anexo.

" Vistos.

Diante da complexidade da matéria versada nesta demanda, postergo a apreciação do pedido liminar para momento ulterior à apresentação de informações pelos codemandados e parecer do Ministério Público.

Intimem-se, pelo meio mais célere¹, de acordo com os dados de contato disponibilizados à Serventia, o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE e o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL para, no prazo de 5 dias, apresentarem informações preliminares a respeito dos fatos narrados na inicial, e manifestarem-se sobre o pedido de tutela de urgência.

Com as manifestações, ao MINISTÉRIO PÚBLICO para, no prazo de 5 dias, informar eventual existência de expediente interno destinado à apuração dos fatos relatados pela parte autora, bem como para a apresentação de parecer.

Após, retornem os autos conclusos no localizador atinente à antecipação de tutela.

Intimem-se e cumpram-se as diligências necessárias, com urgência."

Atenciosamente,

Michele Godoy

Assessoria Jurídica

Procuradoria-Geral do Estado Procuradoria do Domínio Público Estadual- PDPE

Equipe de Interesses Difusos, Coletivos e Patrimônio- EDCP

Telefone: (51) 3288.1691